



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO

Nº /2017

(Do Sr. Deputado Pedro Uczai)

*Requer Audiência Pública para discutir a
Base Nacional Comum Curricular-BNCC.*

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º da Constituição Federal e do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, após ouvido o plenário, a realização de Audiência Pública para discutir a versão final da Base Nacional Comum Curricular.

Para isso deverão ser convidados:

- Heleno Araújo Filho - Fórum Nacional de Educação (FNE)
- Malvina Tania Tuttman - Conselho Nacional de Educação (CNE)
- Representante do Ministério da Educação (MEC)
- Andréa Gouveia – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED)
- Helena Freitas - Associação Nacional pela Formação dos Profissionais em Educação (ANFOPE)
- Elcio Cecchetti – Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER)

JUSTIFICAÇÃO

O governo federal apresentou na última quinta-feira, 6 de abril, a versão final da Base Nacional Comum Curricular e enviou o documento final para o Conselho Nacional de Educação.

O processo de elaboração da BNCC contou com um amplo processo de contribuição da sociedade civil, de professores, de estudantes, das entidades da Educação e dos atores diretamente envolvidos nos diferentes processos da Educação brasileira, tendo a primeira versão disponibilizada para consulta pública entre outubro de 2015 e março de 2016, oportunidade em que recebeu mais de 12 milhões de contribuições.

A versão final da Base compilada pelo governo Temer sob a tutela do Ministro Mendonça Filho foi a terceira versão do documento apresentada desde o início de seu processo de consolidação. Entretanto, alguns elementos parecem diferenciar da segunda versão, que contou com forte articulação e participação da sociedade civil e dos movimentos da educação, para esta última versão apresentada.

Entre eles, estão questões como a retirada de elementos fundamentais para garantir o respeito à diversidade no interior das escolas, que permitiriam a ela cumprir seu papel de formação integral dos estudantes e dos cidadãos. Pontos como a questão de gênero e a diversidade sexual foram limados da versão final, a pretexto de “ajustes finais de editoração/redação” e equacionamento de “redundâncias”.

Além disso, diretrizes para o chamado ensino religioso foram excluídas desta versão final da BNCC. Esta opção do governo compromete a garantia do Estado laico ao não definir princípios e parâmetros científicos, claros e que respeitem a diversidade para o ensino religioso, dando brechas para o proselitismo e o fundamentalismo religioso ocuparem esta lacuna.

De forma geral, é preciso que esta Comissão de Educação tome amplo conhecimento da versão final da BNCC e, mais do que isso, debata ampla e profundamente com as entidades da educação e com especialistas as mudanças e alterações propostas, respeitando o papel do CNE, tal como

reforçou o FNE em sua Nota Pública nº 42 (Conselho Nacional de Educação como órgão competente para deliberar sobre a base nacional comum).

A BNCC definirá o que os estudantes de todo o Brasil irão aprender nos próximos anos, o que consequentemente influenciará os rumos da Educação no país e o futuro desses jovens que estarão em processo de formação.

Portanto, faz parte do papel deste parlamento acompanhar, monitorar e fiscalizar as políticas educacionais brasileiras e os documentos-chave que irão orientar toda Educação no país. Dessa forma, apresento este requerimento com o intuito de promover o referido debate.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 2017.

Deputado Pedro Uczai
PT/SC